



Número: **0817376-92.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **12/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE LUCAS DOS SANTOS RAMOS (AUTOR)		HAUZENY SANTANA FARIAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13877003	18/12/2020 16:03	Petição	Petição
13656407	16/12/2020 18:46	Sentença	Sentença

Ciente.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0817376-92.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]
AUTOR: JOSE LUCAS DOS SANTOS RAMOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por **José Lucas dos Santos Ramos** em face de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, todos qualificados.

A autora requer os benefícios da Justiça Gratuita. Ao apreciar o pedido, este juízo determinou que o autor emendasse a inicial, apresentando documentos que demonstrassem o preenchimento dos pressupostos para o deferimento do pedido, bem como foi facultado o parcelamento das custas processuais. Foi deferido o prazo de 15 dias para cumprimento do despacho, sob pena de indeferimento da inicial conforme o art.321, § único do CPC.

Intimada, a parte não se manifestou, conforme certidão de Id.13490031.

É o relatório. Decido.

Sobre a ausência de emenda à inicial e pagamento de custas processuais, dispõe o CPC 2015, leia-se:

Art. 290. *Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.*

Art. 321. *O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.*

Parágrafo único. *Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.*

Assim, suficientemente configurada a hipótese de indeferimento da peça de ingresso, eis que o autor, embora regularmente intimado, não apresentou a documentação indicada no despacho de Id.8975802 e não recolheu as custas iniciais conforme o proveito econômico perseguido.

Portanto, não cumprida as diligências determinadas, embora havendo oportunidade para tal, é forçoso o indeferimento da petição inicial.

Ante o exposto, em face da inércia da parte em emendar a inicial, **julgo extinto o processo, sem resolução do mérito**, e, por consequência, **determino o cancelamento da distribuição do presente feito**, com base no arts. 321, § único c/c 485, inciso I, todos do Código de Processo Civil.

Sem custas. Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não houve angularização processual.



Transitado em julgado esta, dê-se baixa na respectiva distribuição, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 9 de dezembro de 2020.

REGINALDO PEREIRA LIMA DE ALENCAR
Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina

